EDITORIAL

É com satisfação que a Faculdade de Direito do Centro Universitário Metodista IPA, por meio da Coordenação do Curso, dos editores do periódico e da Editora Universitária do IPA, divulga à comunidade jurídica e acadêmica a terceira edição da Revista *Justiça & Sociedade*.

Trata-se de uma edição especial contendo os melhores trabalhos de conclusão do curso de Direito do Centro Universitário Metodista IPA, apresentados e defendidos em banca no mês de dezembro de 2018. Todos os artigos da presente edição especial foram recomendados para publicação pela respectivas bancas examinadoras.

O primeiro artigo, de autoria de Leonardo da Costa Priebe e Alexandre Torres Petry (professor orientador), intitulado “BIG BROTHER IS WATCHING YOU: UMA ANÁLISE DA REGULAÇÃO BRASILEIRA SOBRE DRONES NO TOCANTE À VIOLAÇÃO DA PRIVACIDADE”, versa sobre a ascensão dos *drones* e seu potencial de violação ao direito de privacidade, consagrado pela Constituição Federal de 1988 como direito fundamental e analisa a regulação existente no ordenamento jurídico brasileiro acerca do tema.

O segundo artigo, de autoria de Susan de Melo Marinho e Rogério Santos Rammê (professor orientador), intitulado “LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: UM INSTRUMENTO PARA A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”, analisa a necessidade em promover a sustentabilidade pelo processo licitatório, enfatizando a responsabilidade do Estado e todos os cidadãos em matéria de proteção do meio

ambiente, vinculando essa temática ao direito fundamental à boa administração pública.

O terceiro artigo, de autoria de Karoline Pache Martins e André Pedreira Ibañez (professor orientador), intitulado “A PROTEÇÃO OFERECIDA PELO SISTEMA DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL AO *TRADE DRESS* NO BRASIL”, analisa a falta de proteção jurídica oferecida pelo sistema de propriedade industrial ao *trade dress* no Brasil, enfatizando a importância de se encontrar proteção a este instituto que vem sendo violado por atos de concorrência desleal, com base na convenção da união de Paris e no que dispõe a lei de propriedade industrial acerca do sistema de concorrência desleal.

O quarto artigo, de autoria de Eduardo Soares de Oliveira e Almiro Eduardo de Almeida (professor orientador), intitulado “AS RESTRIÇÕES À ANÁLISE DO MÉRITO NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DECORRENTES DA LEI 13.467/2017”, analisa as possíveis violações de direitos humanos que decorrem das mudanças na legislação trabalhista após a aprovação da Lei 13.467/2017, conhecida como reforma trabalhista, notadamente no que tange às restrições à análise de mérito dos julgadores em relação as negociações coletivas de trabalho.

O quinto artigo, de autoria de Priscila Maria da Silva Pereira e Ana Lucia Brunetta Cardoso (professora orientadora), intitulado “A CESSÃO TEMPORÁRIA DE ÚTERO: UMA ANÁLISE SOBRE A (IM)POSSIBILIDADE CONTRATUAL À LUZ DO DIREITO CIVIL CONSTITUCIONALIZADO”, discorre sobre a reprodução humana assistida e a utilização da biotecnologia em benefício de quem não possa gerar o próprio filho, analisando a cessão temporária de útero para gestação e a existência ou não de violação dos direitos fundamentais de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro.

O sexto artigo, de autoria de Luisa da Rosa Moccasin e Maria Claudia Felten (professora orientadora), intitulado “É POSSÍVEL UTILIZAR OS DIREITOS DAS GESTANTES COMO FORMA DE

CONCRETIZAR UM MEIO AMBIENTE DO TRABALHO SAUDÁVEL? UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO EXISTENTE SOBRE O TEMA E DAS MUDANÇAS ADVINDAS COM A REFORMA TRABALHISTA”, analisa se ocorreram avanços ou retrocessos nos direitos que as mulheres gestantes possuem atualmente no ordenamento jurídico, e discute as possíveis mudanças que contribuiriam para um aperfeiçoamento da legislação trabalhista, buscando observar se tais disposições são capazes de concretizar um meio ambiente do trabalho seguro e saudável.

O sétimo artigo, de autoria de Brenda de Quadros Pereira e Carolina Moraes Migliavacca (professora orientadora), intitulado “O ATIVISMO JUDICIAL NA JUSTIÇA ELEITORAL: ANÁLISE DE CASOS E MECANISMOS DE LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA”, estuda o fenômeno do ativismo judicial na Justiça Eleitoral brasileira. Aborda as críticas à conduta ativista e, em contraponto, os argumentos que fundamentam sua aplicação, visando promover a democracia participativa e fortalecer a república. Por meio de estudos de casos, demonstra que as vicissitudes da Justiça Eleitoral brasileira justificam a atitude proativa dos magistrados. Ao final, propõe mecanismos de legitimação democrática, a fim de garantir transparência e pluralidade a esse fenômeno.

O oitavo artigo, de autoria de Bruno Andrade da Rocha e Rogério Santos Rammê (professor orientador), intitulado “TRIBUNAL DO JÚRI: UMA ANÁLISE SOBRE A TESE DE CLEMÊNCIA”, realiza estudo jurisprudencial e doutrinário com a finalidade de analisar a soberania dos veredictos do Conselho de Sentença nos casos em que o acusado é absolvido pela tese de clemência.

O nono artigo, de autoria de Eduardo David Inda e André Pedreira Ibañez (professor orientador), intitulado “TRIBUTAÇÃO DIGITAL: ANÁLISE SOBRE A INCIDÊNCIA DE ICMS E ISSQN NA TECNOLOGIA *STREAMING*”, objetiva visa investigar a natureza da nova tecnologia (*streaming*), a fim de verificar a possibilidade de sua incidência no Imposto Sobre Circulação de Mercadoria

e Serviço (ICMS) e/ou no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O décimo artigo, de autoria de Dayane Duarte Claudino e Ana Lúcia Brunetta Cardoso (professora orientadora), intitulado “AÇÕES AFIRMATIVAS: O EXAME DA RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS E PARDOS EM CONCURSOS PÚBLICOS À LUZ DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS”, visa investigar a constitucionalidade da reserva de vagas para negros e pardos em concursos públicos, levando em conta que tal política pública de inclusão levanta intensas discussões envolvendo o princípio constitucional da igualdade.

O décimo primeiro artigo, de autoria de Caroline Porsche de Menezes e Almiro Eduardo de Almeida (professor orientador), intitulado, “CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE: OS IMPACTOS DA REGULAMENTAÇÃO NOS DIREITOS TRABALHISTAS”, analisa o tratamento justabalhista outorgado ao contrato de trabalho intermitente, sob a luz da principiologia constitucional e dos preceitos fundamentais do Direito do Trabalho. Aborda também o aspecto econômico da contratação intermitente, sugestionando os possíveis impactos da regulamentação na economia brasileira, possíveis violações de direitos garantidos aos trabalhadores.

O décimo segundo artigo, de autoria de Maira Luciane dos Santos Rodrigues e Rogério Santos Rammê (professor orientador), intitulado “O DIREITO FUNDAMENTAL À OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA NAS ATIVIDADES DE ENSINO QUE UTILIZEM ANIMAIS”, objetiva analisar a possibilidade de reconhecimento do direito à objeção de consciência quando invocado em face de atividades de ensino que utilizem animais. Além de analisar os casos já levados ao Judiciário brasileiro, o estudo realiza um levantamento das questões da ética animal que podem fundamentar o direito à objeção de consciência diante de atividades acadêmicas de ensino que acarretem sofrimento ou desrespeito aos animais utilizados.

O décimo terceiro artigo, de autoria de Milton Rodrigues da Silva e Alexandre Torres Petry (professor orientador), intitula-

do “O CONSENTIMENTO INFORMADO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO”, analisa se a ausência do dever de informar imposto ao médico antes de realizar qualquer tratamento ou procedimento em um paciente, que é condição indispensável do consentimento informado, pode levar a responsabilidade civil do profissional da saúde.

O décimo quarto artigo, de autoria de Joseane da Silva Kroth e Almiro Eduardo de Almeida (professor orientador), intitulado “INDEFERIMENTO DO AUXÍLIO-DOENÇA/AUXÍLIO-ACIDENTÁRIO DO EMPREGADO CONSIDERADO INAPTO PELO MÉDICO DA EMPRESA”, analisa a situação desumana a que o trabalhador é submetido quando há confronto entre a decisão da perícia médica do INSS e do médico do trabalho. O texto aborda as consequências desta situação, tendo como principal a insegurança jurídica do trabalhador que, ao recorrer ao judiciário, permanece sem nenhuma fonte de renda até o momento da decisão judicial, propondo caminhos de enfrentamento para essa questão.

O décimo quinto artigo, de autoria de Gabriela Martins Ferenz e Alexandre Torres Petry (professor orientador), intitulado “RACISMO: O SISTEMA DE COTAS SERIA UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL VIÁVEL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EDUCACIONAL NO SISTEMA BRASILEIRO?”, discorre sobre o racismo e os sistemas de cotas raciais como mecanismo de promoção da igualdade e inclusão social no sistema educacional brasileiro.

O décimo sexto artigo, de autoria de Ana Elisa de Vargas Borges e Almiro Eduardo de Almeida (professor orientador), intitulado “ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: MUDANÇAS COM A REFORMA TRABALHISTA”, trata sobre a problemática existente na nova legislação trabalhista, em especial, a área que contempla a insalubridade, bem como suas implicações. A narrativa busca obter uma visão geral e atual sobre o tema, no que tange a implantação, efetividade, vantagens e desvantagens, por meio de uma análise crítica à Reforma Trabalhista.

O décimo sétimo artigo, de autoria de Paulla Leite e Felipe Lazzari da Silveira (professor orientador), intitulado “A COLABORAÇÃO PREMIADA E O LEGADO INQUISITORIAL NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO”, tem como tema o legado inquisitorial no instituto da colaboração premiada no processo penal brasileiro. Assim, considerando o cenário brasileiro atual, o artigo questiona se a colaboração premiada, do modo como é prevista no ordenamento jurídico e está sendo operada, pode ser interpretada como uma herança inquisitorial no sistema de justiça criminal brasileiro.

O décimo oitavo artigo, de autoria de Elisandra de Oliveira Justo e Maria Claudia Felten (professora orientadora), intitulado “PODER E LIDERANÇA DAS MULHERES NAS CARREIRAS POLÍTICAS, DO JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E NA ADVOCACIA PRIVADA”, aborda a presença cada vez mais significativa da mulher no mercado de trabalho, e em especial nas instituições públicas e na advocacia, enfatizando a sub-representação feminina nos cargos de liderança e em posições de tomada de decisões. A partir disso, o artigo discute os principais aspectos da participação das mulheres na sociedade, e como elas são vistas pelos homens e pelas próprias mulheres.

O décimo nono artigo, de autoria de Selma Groehs Martins e André Vátimo Argiles (professor orientador), intitulado “A UTILIZAÇÃO DESCRITERIOSA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COMO FATOR DE ELEVAÇÃO DE RISCO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL”, discute se a utilização não criteriosa da desconsideração da personalidade jurídica é um fator de elevação de risco para o exercício da atividade empresarial. O texto foca a aplicação desse instituto jurídico nos julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Por fim, o vigésimo artigo, de autoria de Gabriela Magnus Otto e Felipe Lazzari da Silveira (professor orientador), intitulado “A PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL: ANÁLISE DAS

FALSAS MEMÓRIAS NO ESTUPRO DE VULNERÁVEL”, questiona o modelo de valoração das provas no processo penal brasileiro, notadamente nos casos em que o processo dispõe apenas de prova testemunhal para apreciação do julgador. Nesse contexto, analisa o fenômeno das falsas memórias no caso do depoimento da criança vítima de estupro de vulnerável.

Almeja-se, a presente edição da Revista *Justiça & Sociedade*, consolidar cada vez mais a Faculdade de Direito do IPA como centro de produção de pesquisa acadêmica na área jurídica. Almeja-se, outrossim, fomentar a pesquisa, o debate, a reflexão e o desenvolvimento teórico de temas jurídicos atuais, importantes e instigantes.

Assim, estimado(a) leitor(a), com o foco permanente na difusão do conhecimento científico na área jurídica, apresentamos à comunidade jurídica e acadêmica a presente edição especial deste periódico, convidando a todos interessados a desfrutar da leitura dos textos aqui publicados.

Porto Alegre, dezembro de 2018.

Editores

Prof. Dr. Rogério Santos Rammê

Prof. Dr. Alexandre Torres Petry